

tráfego, estacionamento, constrangimentos à circulação automóvel, mobilidade elétrica e outras que se afigurem pertinentes); incrementar o registo e disponibilidade de informação público, no âmbito do SIG – Sistema de Informação Geográfica, e do sítio do Município; integrar a rede piloto para a quantificação e valorização das emissões de carbono evitadas no âmbito das políticas adotadas para a mobilidade, com a participação ativa da comunidade e dos/as cidadãos/ãs, assente no modelo desenvolvido pelo CEiiA – Integrador Virtual de Sustentabilidade, que gera inteligência climática permitindo aferir o grau de prossecução das metas climáticas em Matosinhos; e a constituição ou alteração de Regulamentos Municipais, para Parques de Estacionamento (novo), Zonas de Estacionamento de Duração Limitada (alteração), Circuitos Turísticos (atualização) e Transporte Público de Aluguer em Veículos Automóveis Ligeiros de Passageiros – Transportes em Táxi (atualização). Será também levado a cabo um projeto piloto de passeadeiras inteligentes em pontos de grandes centralidade e/ou índice de elevada sinistralidade.

No âmbito da gestão rodoviária existente assumimos o compromisso, de junto da tutela, defendermos uma melhor gestão relativamente aos fluxos de trânsito local e de atravessamento da A28, A4, A41 e Via Norte, sem penalização dos residentes de Matosinhos.

Alargar e Qualificar a Área Verde Municipal e Preservar a Permeabilidade dos Solos – Promover um Modelo de Economia Circular Prosseguindo o Objetivo da Sustentabilidade – Promover uma Transição Energética e Alcançar Melhores Indicadores Ambientais num Processo Justo e Inclusivo

O Município tem por missão promover a sustentabilidade ambiental do concelho e concretiza essa atribuição através da recolha e processamento de resíduos sólidos, da manutenção da salubridade pública, da preservação de parques e jardins e monitorização de parâmetros e dados ambientais, do controlo da qualidade das linhas de água e das suas praias e ainda através da promoção e dinamização de ações de sensibilização dos/as munícipes para as questões ambientais.

A política local de promoção ambiental depende em larga medida das políticas ambientais de espectro nacional e da definição dos respetivos apoios financeiros, que enquadram a ação própria do Município, e ainda da adoção de uma política de parcerias de nível intermunicipal, que têm como objeto a concertação de esforços, a partilha de experiências e a reflexão sobre problemas e riscos para o Ambiente que ultrapassam as fronteiras municipais.

Uma sólida rede de parceiros é, com efeito, requisito essencial para a obtenção de bons resultados na defesa do **Ambiente**, que se repercute em melhorias sensíveis no concelho, partindo de uma base de conhecimento sólido dos problemas, suas causas e melhores soluções técnicas para os resolver ou mitigar.

Importa ainda que se consiga sensibilizar a população residente, em todos os seus setores trazendo-a para esta tarefa, que é de todos, na defesa do ambiente, através da adoção de comportamentos adequados à preservação dos recursos naturais, através da sua utilização económica e fruição adequada.

Problemas de carácter global como as carências energéticas, que se refletem localmente em situações de pobreza energética, escassez de matérias-primas e a constatação de uma utilização excessiva de recursos e frequentes práticas de desperdício, têm de ser combatidas, designadamente, através de uma primeira linha de sensibilização da população residente, em nome de uma cidadania que comporta direitos, mas também responsabilidade social, sob pena da dinâmica da constante destruição de equilíbrios, que agravam as condições de satisfação das necessidades básicas e colocam as sociedades perante desafios complexos de gestão, possam vir a atingir pontos de não retorno, face às quais, a mera execução de políticas públicas possa não ser suficiente para os contrariar. Importa, por isso, incrementar, global e localmente, a pressão para a adoção de energias limpas e renováveis, para a reutilização e reciclagem de resíduos e para a promoção de uma economia circular.

O Município assume ainda os desafios inerentes às alterações climáticas, prosseguindo uma estratégia de descarbonização, em linha com as políticas internacionais e nacionais. Nesta medida, em cumprimento do previsto na Lei de Bases do Clima, aprovada no final de 2021, o Município aprovou em 2024, o seu Plano Municipal de Ação Climática, cuja

execução, em grande medida, resultante da continuidade de ações já iniciadas ao abrigo dos compromissos assumidos no âmbito do PAESC, deverão assumir especial desafio a partir de 2025 e anos vindouros.

Adicionalmente, o Município vem consolidando projetos e estratégias rumo à neutralidade Carbónica para 2030, desiderato para o qual concorrem ações e esforços concertados que visam dotar o território de mais e melhores espaços verdes, harmonização e proliferação sustentada do arvoredo, face às necessidades de bio climatização, complementados com a intervenção de manutenção e melhoria contínua da orla costeira e de recuperação das linhas de água, numa estratégia integrada de gestão do ciclo da água, valorização dos resíduos e do espaço urbano e prossecução das melhores práticas ambientais.

Também a gestão de resíduos urbanos assume, no Município, uma especial importância e relevância na estratégia definida no PAPERSU municipal, aprovado em setembro de 2024 pela Agência Portuguesa do Ambiente, especialmente orientado para a conceção e valorização do resíduo como um recurso, que concretiza o PERSU (Plano Estratégico para os Resíduos Sólidos Urbanos, em vigor até 2030) no território municipal.

O Município de Matosinhos integra o sistema Lipor Serviço Intermunicipalizado de Gestão de Resíduos do Grande Porto que congrega 8 Municípios da área metropolitana perfazendo um total de população abrangida de, aproximadamente, 1 milhão de habitantes (cerca de 10% população nacional) e com uma abrangência, em área, de cerca de 1% do território nacional e é no quadro da abordagem intermunicipal que a sua participação na LIPOR consente, que se hão-de equacionar os desafios, os impactos e as respostas necessárias ao cumprimento das desafiantes metas definidas no PERSU.

Para esse efeito, é necessário que o crescimento da valorização do resíduo como um recurso no concelho de Matosinhos seja suportado por um modelo de Crescimento Circular, que se articule e agregue com os diferentes planos e iniciativas que o Município de Matosinhos está a desenvolver neste domínio.

A valorização dos resíduos como um recurso, através da implementação de projetos e soluções que potenciam a recolha seletiva de resíduos, é um fator fundamenta na implementação de uma estratégia que privilegia e potencia os princípios de uma Economia Circular. Neste sentido, a Câmara Municipal de Matosinhos tem consolidado a sua área de

atuação, com a criação de uma área exclusivamente direcionada à Prevenção e Reutilização que pretende alcançar a evolução do atual sistema de gestão de resíduos no concelho para um modelo de economia circular e para uma gestão sustentável dos materiais, reconhecendo o resíduo como recurso que pode e deve ser reintroduzido na economia, através da sensibilização para a redução do consumo de matérias-primas, potenciação da reciclagem, adoção de novos comportamentos no cidadão, impactando de forma positiva na Descarbonização e Transição Energética do Município.

A gestão de resíduos e limpeza urbana estrutura-se num planeamento integrado entre os serviços municipais e as Uniões de Freguesia, reflexo das competências transferidas para a Limpeza e Varredura Urbana ao abrigo dos Contratos Interadministrativos de Delegação de Competências celebrados com as Uniões de Freguesia.

A digitalização do cadastro de equipamentos e infraestruturas municipais da gestão de resíduos, com recurso ao Infraspark, irá permitir uma maior otimização e eficiência na gestão dos ativos e na adaptação dos mesmos ao crescimento da cidade e das suas atividades e vivências.

Como anteriormente realçado, o Município de Matosinhos, assume um compromisso com a sustentabilidade, inovação e melhoria contínua na qualidade de vida dos seus cidadãos. Este compromisso reflete-se nas Grandes Opções do Plano (GOP) e no Orçamento para o período 2025-2028, com especial foco na transição energética, inclusão social e inovação urbana.

Neste âmbito, a Câmara Municipal de Matosinhos traduz, nas Grandes Opções do Plano, um planeamento integrado para os próximos anos e que se suporta assenta em três eixos fundamentais: Desenvolvimento Sustentável e Economia Circular; Coesão Social e Inclusão; e Inovação e Modernização Urbana.

Desenvolvimento Sustentável e Economia Circular

A Estratégia Municipal para a Economia Circular no concelho de Matosinhos, enquadrada na visão do Resíduo como um Recurso, estrutura-se num *Roadmap* para a Economia Circular que permite estabelecer metas e estratégias que promovem um crescimento circular, que aumenta a consciencialização sobre práticas circulares ao nível da

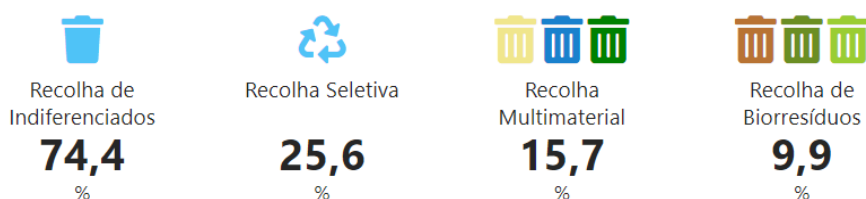
administração local, empresas e cidadãos e envolve diferentes *stakeholders* locais ligados à sociedade civil, setor privado e comunidade científica no desenvolvimento de planos e iniciativas de economia circular.

Trata-se, pois, de promover e implementar uma transição inclusiva, fomentando modelos circulares de negócios, como a partilha e reparação, incorporando os princípios de circularidade no planeamento urbano, na gestão das infraestruturas e procedimentos de gestão de ativos.

A Estratégia Municipal para a Economia Circular sustenta-se num planeamento integrado entre áreas/eixos de intervenção e pretende estabelecer uma abordagem segmentada, mas complementar e que reflete a identidade do concelho de Matosinhos. Promovendo um modelo de crescimento circular, a autarquia estrutura as suas ações numa transição ecológica, com o objetivo de alcançar a neutralidade carbónica e promover a economia circular. As políticas municipais incluem uma gestão eficiente dos resíduos urbanos, em linha com as metas estabelecidas no PERSU 2030, o que implica: reforço da recolha seletiva e tratamento na origem dos resíduos, especialmente biorresíduos, de acordo com o plano PAPERSU; expansão de projetos de compostagem comunitária e doméstica; incentivo à separação de resíduos com a implementação de um sistema PAYT (*Pay-As-You-Throw*), onde os/as cidadãos/ãs pagam em função da quantidade de resíduos indiferenciados; aposta na educação ambiental e capacitação dos cidadãos para uma maior participação nas redes de reutilização e reciclagem; implementação do Recircular – Laboratório para a Prevenção e Economia Circular.

O ano de 2025 permitirá a consolidação e materialização desta estratégia para a Economia Circular tendo a autarquia refletido estes “compromissos circulares” nas Grandes Opções do Plano. Destaca-se, neste âmbito, as Redes de Doação e Partilha, o Combate ao Desperdício Alimentar e a relevância da Área Social como Suporte ao Eixo Ambiental.

Em 2023 o Município de Matosinhos produziu um total de 93.000 toneladas (aproximadamente) de resíduos urbanos sendo que a recolha seletiva representou 25,6% do total de Resíduos Sólidos Urbanos (RSU) recolhidos. Ainda não sendo possível analisar os resultados do ano de 2024, os serviços ambientais projetam um crescimento na reciclagem de resíduos urbanos para este ano alinhado com a trajetória de crescimento que marcará o quinquénio 2025-2028.



O alargamento da recolha seletiva de resíduos alimentares através de contentores inteligentes e a expansão da recolha seletiva de resíduos verdes em todo o concelho de Matosinhos demonstram o esforço e o enfoque especial na valorização do fluxo de resíduos mais representativo dos resíduos sólidos urbanos.

Em 2025 pretende-se alargar os projetos iniciados em 2024 e que são um referencial na gestão de resíduos nomeadamente, o projeto Feira Limpa, Compras com Gosto, o projeto Rolha-a-Rolha e o projeto de Valorização de Esferovite na Rua Heróis de França.

No que concerne à varredura manual e mecânica dos vários arruamentos da cidade, atividade que reflete e impacta na Salubridade e higiene Pública e indicador da qualidade do serviço prestado aos munícipes, o objetivo é a melhoria contínua dos processos por forma a maximizar a eficácia e eficiência da Varredura e Limpeza Urbana, digitalizando processos e garantindo incrementos na qualidade de serviço.

A varredura manual e mecânica dos arruamentos do concelho de Matosinhos suporta-se num planeamento e ação integrada entre as atividades acometidas ao prestador de serviços e as acometidas às Uniãos de Freguesia no âmbito dos Contratos Interadministrativos de Delegação de Competências sendo que, diariamente, são varridos mais de 280 km de arruamentos do concelho.

A desmatização e limpeza de terrenos municipais, bem como a limpeza de zonas verdes/terrenos, municipais e privados com processos coercivos é efetuada por administração direta, complementada pela contratação de prestações de serviço. Esta atividade contribui para a qualificação do espaço público e assume um papel fundamental na prevenção do risco de incêndio em núcleos urbanos.

Em 2025, está ainda projetada a implementação de um projeto referencial que articule a Limpeza dos Terrenos Municipais com a sua reflorestação com espécies autóctones, por forma a reduzir o perigo de incêndio nestes locais e promover a biodiversidade urbana.

Adicionalmente, dar-se-á continuidade, de forma regular, às ações de tratamento preventivo e curativo de controlo de pragas urbanas no Município, designadamente, na via e espaços públicos e em edifícios municipais. Estas intervenções são efetuadas, de forma preventiva, através de um planeamento e com recurso a uma prestação de serviços que intervém no espaço público ou através da Indaqua nas redes de saneamento e, de forma complementar, curativamente sempre que é detetada a presença de pragas.

A Câmara Municipal assegura ainda a Limpeza das Praias do Concelho de Matosinhos. Com 16 Km de Orla Costeira (aproximadamente), o Município de Matosinhos foi, em 2024, o terceiro Município do país com mais Bandeiras Azuis, o que reflete a qualidade da nossa Orla Costeira.

No âmbito da Economia Circular a Câmara Municipal de Matosinhos candidatou o Projeto RECIRCULAR, no âmbito do PAOITI (Planos de Ação das Operações Integradas dos Territórios de Intervenção), que pretende a criação de um Centro para a Economia Circular.

O Recircular – Laboratório para a Prevenção e Economia Circular permitirá, em 2025, a reconversão do Ecocentro de Perafita num Centro de Prevenção e Recuperação de diferentes fluxos de materiais (Equipamentos Elétricos e Eletrónicos, Mobiliário, Brinquedos, Têxteis e Excedentes Alimentares) que, através da sua recuperação e doação, permitirá aumentar a resposta social do Município, reduzindo a produção de resíduos e o consumo de recursos. Serão implementadas ações que potenciem novas reflexões e comportamentos na população, apostando na integração e partilha de saberes, com base nas competências e capacidades individuais de cada cidadão, capacitando os jovens, adultos e idosos em situação de maior vulnerabilidade, incluindo as pessoas com deficiência ou incapacidades.

O Recircular permitirá, através de uma intervenção comunitária e procurando rentabilizar as potencialidades e recursos da população, promover a sua participação ativa no processo de emancipação e desenvolvimento, quer seja a nível pessoal, quer seja em grupo, promovendo a inclusão e a mudança. Assim, a Câmara Municipal de Matosinhos pretende que os seus projetos e iniciativas no âmbito da Economia Circular promovam a oferta de uma melhor qualidade de vida à população mais vulnerável e a sua inclusão social, enquanto assegura uma correta gestão de resíduos.

No eixo da coesão social e inclusão, a Câmara Municipal de Matosinhos define uma abordagem integrada para garantir a igualdade de oportunidades e o desenvolvimento

social inclusivo através de: implementação de políticas que visem o acesso universal aos serviços essenciais, como a água, a recolha de resíduos e a energia, com tarifas ajustadas às diferentes realidades socioeconómicas; criação de programas que fomentem o combate ao desperdício alimentar e a redistribuição de excedentes; promoção de mercados de economia circular, como feiras de segunda mão e centros de reutilização de bens e equipamentos, garantindo assim um consumo mais responsável e solidário.

A integração dos pilares ambiental e social é essencial para promover um desenvolvimento sustentável que seja verdadeiramente inclusivo e equitativo. O pilar ambiental assegura a proteção dos recursos naturais, a preservação da biodiversidade e a mitigação dos efeitos das alterações climáticas, fatores que impactam diretamente a qualidade de vida das populações. No entanto, sem um enfoque no pilar social, as políticas ambientais podem aprofundar desigualdades, deixando as comunidades mais vulneráveis expostas a condições de vida precárias. Assim, o equilíbrio entre os dois pilares permite garantir que a transição para uma economia verde e circular não exclua ninguém, assegurando que todas as pessoas beneficiem das melhorias ambientais.

A consideração dos aspetos sociais em conjunto com os ambientais contribui para a construção de sociedades mais resilientes e justas. A definição e implementação de iniciativas que promovam, por exemplo, a inclusão social e a equidade no acesso a recursos naturais, como a água e a energia, criam um sentido de pertença e responsabilidade coletiva. Ao promover projetos e iniciativas que combinem a proteção ambiental com a inclusão social, como a potenciação de empregos verdes e empreendedorismo ambiental, o voluntariado ambiental e o combate ao desperdício alimentar, é possível reduzir a pobreza e desigualdade, assegurando a proteção efetiva dos ecossistemas e assegurando a sua sustentabilidade a longo prazo. Trata-se, pois, de promover e implementar uma transição inclusiva e fomentando modelos circulares de negócios, como a partilha e reparação, incorporando os princípios de circularidade no planeamento urbano, na gestão das infraestruturas e procedimentos de gestão de ativos.

A Estratégia Municipal para a Economia Circular sustenta-se num planeamento integrado entre áreas/eixos de intervenção e pretende estabelecer uma abordagem segmentada, mas complementar e que reflete a identidade do concelho de Matosinhos.

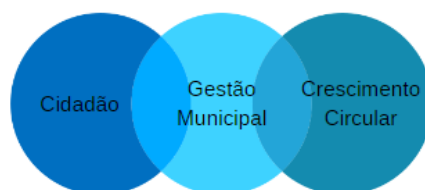
A Economia Circular e o Cidadão - visão que pretende estabelecer uma abordagem integrada entre o metabolismo existente entre a cidade e suas atividades e de que forma o

cidadão pode ser envolvido, fazer parte e mobilizado para práticas e estilos de vida mais circulares;

A Economia Circular e o Crescimento Económico - visão que redefine novos modelos de crescimento económico, de atividades e sinergias entre os diferentes atores económicos do concelho e que promove e implementa práticas de crescimento circular de e com o cidadão;

Gestão Circular - focaliza-se na gestão e ação municipal e no seu papel dinamizador e potenciador de uma Economia Circular nas suas atividades e no seu concelho.

Estes 3 vetores são a Visão Macro do processo, que estabelece 3 vetores de ação e integração, complementando-se entre o setor público, o setor privado e o cidadão. Paralelamente, para cada um destes 3 vetores, existirá uma segmentação de atuação que pode e deve ser integrada entre sub-vetores. Pretende-se que a Estratégia de assume como um continuum entre vetores, num somatório de partes que se complementa e potencia.



O ano de 2025 permitirá a consolidação e materialização desta estratégia para a Economia Circular tendo a Câmara Municipal de Matosinhos refletido estes “compromissos circulares” no seu Plano de Ação para o PERSU e que são hoje uma referência no âmbito da Prevenção e Reutilização de resíduos.

No que respeita a Inovação e Modernização Urbana, a modernização do Município de Matosinhos passa pela implementação de soluções tecnológicas que promovam a eficiência na gestão de serviços públicos nomeadamente: expansão do uso de tecnologias digitais para monitorizar e otimizar a recolha de resíduos, através de sistemas de contentores inteligentes; melhoria da infraestrutura urbana com projetos que integrem conceitos de *smart cities*, visando a mobilidade sustentável, a eficiência energética e a gestão inteligente dos recursos naturais; implementação de soluções digitais – aplicação Recircular – que permitem fomentar a partilha, a doação e promover a cooperação entre cidadãos, com recurso às novas tecnologias e evidenciando uma abordagem distinta e

inovadora à gestão dos recursos e resíduos; gestão eficiente do Tanatório e Cemitérios Municipais garantindo um serviço de qualidade, respeitando as necessidades da população e mantendo elevados padrões ambientais. A modernização das infraestruturas, a implementação de práticas sustentáveis e a manutenção cuidadosa dos espaços verdes, asseguram um ambiente digno e acolhedor. Além disso, a digitalização dos processos administrativos facilita o acesso e a transparência dos serviços, promovendo um atendimento mais ágil e eficiente aos munícipes.

A autarquia de Matosinhos tem se destacado pela sua aposta em inovação e modernização urbana no âmbito da gestão de resíduos, integrando soluções tecnológicas avançadas para melhorar a eficiência dos serviços e promover a economia circular. A implementação de sistemas de recolha inteligente, como contentores equipados com sensores e tecnologias de monitorização, permite otimizar a logística de recolha, reduzir custos operacionais e minimizar o impacto ambiental. Estas inovações fazem parte de um esforço mais amplo para criar uma cidade mais sustentável e conectada, onde o uso eficiente de recursos naturais é garantido através da gestão adequada dos resíduos e da reciclagem, sendo promovido o reaproveitamento e valorização de materiais, incentivando a separação de resíduos na origem e a compostagem comunitária e doméstica.

A modernização da rede de ecocentros e a criação de plataformas para a doação e reutilização de bens são exemplos claros de como o Município pretende fomentar a circularidade, evitando o desperdício e prolongando o ciclo de vida dos produtos. Estas iniciativas, aliadas a programas de educação e sensibilização ambiental, têm sido essenciais para envolver a comunidade e criar uma cultura de responsabilidade partilhada, em que todos/as os/as cidadãos/ãs contribuem para um modelo urbano sustentável e inovador.

Paralelamente a Câmara Municipal de Matosinhos assegura a gestão do Tanatório Municipal (abrangido por uma prestação de serviços) e 3 Cemitérios (Cemitério n.º 1 de Matosinhos, Cemitério n.º 2 – Sendim e o Cemitério n.º 4 - S. Mamede Infesta) e Tanatório Municipal sendo uma atividade muito exigente e que tem um impacto considerável na imagem e qualidade dos serviços prestados pelo Município.

Por forma a garantir a Qualidade da Saúde Pública foi iniciado, em setembro de 2024, um Plano de Monitorização das Emissões do Tanatório Municipal. Esta monitorização,

articulada com o INEGI, permitirá avaliar diferentes parâmetros da Qualidade do Ar resultante das Emissões da atividade do Tanatório e permitirá definir, caso se considere, planos de melhoria contínua. Atualmente a gestão do Tanatório encontra-se entregue a um prestador de serviços, cujo objetivo é dar continuidade e assegurar a utilização de equipamentos mais adequados nas diversas tarefas realizadas e metodologias nas cerimónias de carácter ecuménico.

Os projetos e iniciativas aqui retratados suportam diferentes ODS sendo de destacar: ODS 11- Cidades e Comunidades Sustentáveis, ao investir na modernização da recolha de resíduos e na redução do impacto ambiental das operações urbanas; ODS 12 - Consumo e Produção Sustentáveis, ao fomentar a economia circular, incentivando a separação de resíduos, a reutilização de materiais e a compostagem; ODS 13 - Ação Climática, ao reduzir as emissões de gases de efeito estufa por meio da otimização da gestão de resíduos; ODS 15 - Vida Terrestre, ao proteger os ecossistemas locais através de práticas mais sustentáveis e conscientes na gestão de resíduos sólidos urbanos; e ODS 17 – Parcerias para a Implementação dos Objetivos, através da colaboração com a LIPOR, *Smartwaste* e outros Municípios, para alcançar as metas nacionais e internacionais de sustentabilidade e gestão de resíduos.

No âmbito das suas competências, a Câmara Municipal de Matosinhos, enquanto responsável pela gestão e manutenção dos espaços verdes que integram o domínio público, com o objetivo de salvaguardar a salubridade dos espaços e considerando o seu papel fundamental na qualidade de vida da população e promoção da qualidade ambiental do território, assegura esses serviços, maioritariamente através de uma prestação de serviços. O contrato atualmente em vigor terminará em 2025, momento em que será lançado um novo concurso público, dividido em 12 lotes, abrangendo uma área de 149 hectares (70% da área total), com uma duração de 36 meses, com início em agosto de 2025.

A restante área do território é gerida sob administração direta contemplando parcerias que envolvem Protocolos de Delegação de Competência com Uniões de Juntas de Freguesia, o CEFPI – Centro de Educação e Formação Profissional Integrada e o Estabelecimento Prisional de Santa Cruz do Bispo. Ainda no mesmo âmbito, o Município de Matosinhos, assegura através do Horto Municipal e Contratos de Fornecimento diversos, um conjunto de matérias-primas e bens essenciais, para que as áreas em apreço possam servir o seu propósito.

A Unidade de Parques e Jardins da autarquia passou a integrar a Estratégia de Biodiversidade, Ecossistemas e Capital Natural (EBECN) de Matosinhos, nas suas atividades, tendo com base 3 eixos estratégicos estruturais: salvaguarda da biodiversidade e habitats nativos; restauro ecológico; infraestruturas verdes e azuis, que entregarão as linhas orientadoras da sua ação.

Os espaços verdes são geridos com base numa abordagem de jardinagem sustentável, reforçando o compromisso com os objetivos de gestão, nomeadamente através do aumento da disponibilidade, acessibilidade e inclusão dos espaços verdes públicos, do incremento da biodiversidade urbana, da melhoria da qualidade do ar, do conforto urbano e da redução da contaminação dos solos. Esta abordagem contribui também para a mitigação dos riscos associados às alterações climáticas. Serão implementadas diversas medidas de gestão na manutenção dos parques e jardins, como a plantação de espécies de árvores e arbustos nativos, a redução das áreas de relvados irrigados, a realização de ações de restauro ecológico, a introdução de mais zonas de vegetação de baixa manutenção e o controlo de plantas invasoras nos espaços geridos pelos nossos serviços internos.

No âmbito da requalificação das margens, o corredor já conta com 5 hectares mantidos, que serão ampliados com a conclusão da fase II. Esta fase passará para a nossa gestão, totalizando uma área de 12,7 hectares de corredor ecológico, assim que terminar o contrato de manutenção da obra, previsto para junho de 2025.

Em 2025, daremos continuidade à manutenção da obra realizada, assegurada através da prestação de serviços de manutenção e melhoramento dos parques e jardins, garantindo a gestão da vegetação, a limpeza dos espaços de fruição e o controlo de plantas invasoras.

O parque arbóreo do território, pelo património natural que acolhe, exige um conjunto de ações de gestão que assegurem a sua função em consonância com o meio urbano em que se insere, assim como um acompanhamento do seu estado, por forma a garantir a segurança de pessoas e bens.

Nesse sentido, em 2025, o Município prossegue com as seguintes ações:

- Reforço ao nível da manutenção da floresta urbana, por via de adjudicação a empresa externa da especialidade, em trabalhos de podas e/ou abate de árvores. Este investimento

permitirá minimizar as necessidades identificadas como mais prementes e claramente superiores à capacidade operacional dos serviços, por administração direta;

- Dar continuidade ao investimento iniciado em 2021 para Inventário/Avaliação Fitossanitária e de Risco do Património Arbóreo Municipal, aproximando a consciência dos serviços sobre o real estado e quantidade do arvoredo urbano Municipal. Trata-se de um trabalho com cerca de 15.000 árvores pormenorizadamente cadastradas (na zona De Leça da Palmeira, Matosinhos, Senhora da Hora), sendo imprescindível o alargamento da metodologia ao restante território cobrindo e caracterizando a condição e segurança do acervo arbóreo da Câmara Municipal de Matosinhos. Tendo em conta que o contrato atual está a terminar, em 2025, vamos dar início a um novo contratação pública que será constituído por dois lotes, com o objetivo de maior celeridade no levantamento do arvoredo municipal;

- Iniciar a criação de uma aplicação de gestão do parque arbóreo municipal. Será criada integralmente pelos recursos humanos do Município, sendo uma aplicação inovadora que nos fornecerá informação sobre a gestão e manutenção de todo o parque arbóreo do Município. É pretendido que em 2025, decorra a fase de testes da aplicação, com desejável funcionamento pleno após a conclusão de todo o inventário. O inventário arbóreo e sua avaliação fitossanitária é uma ferramenta básica não só para orientação à melhor eficiência da manutenção do arvoredo da cidade, como para os necessários processos e decisões de gestão e/ou planeamento, a longo prazo. Essa importância surge destacada também na Lei n.º 59/2021, de 18 de agosto, a qual agora a Câmara Municipal de Matosinhos se obriga cumprir;

- O Regulamento Municipal de Gestão do Arvoredo deverá, por princípio desejável, ser aplicado ao longo do ano de 2025 e incluirá regras técnicas e operacionais específicas para a preservação, conservação e fomento do arvoredo urbano, iniciando assim a disciplina gestonária necessária e dando, por outro lado, cumprimento ao definido na Lei n.º 59/2021. Seguindo na linha estratégica de ação para potenciação da floresta urbana da cidade, entende-se que apenas com a cobertura total do seu inventário arbóreo, estarão reunidas as condições de desenvolvimento estratégico do assunto, então para a importante elaboração de um Plano de Arborização Municipal, inevitavelmente em colaboração com os serviços de planeamento. Com este plano ver-se-ão criadas linhas de ação capazes de, por um lado, minimizar os problemas identificados e, por outro, fomentar a melhor qualidade e função da floresta urbana (designadamente por via de reformulação de arruamentos arborizados e criação de novos);

- Reposição de arvoredo e a reflorestação municipal, em locais previamente identificados com viabilidade correspondente, será assegurada através da administração direta e de prestadores de serviços, com base num Contrato de Fornecimento de Arvoredo. O objetivo é iniciar o processo de adensamento e reflorestação com diferentes estratos vegetativos nas rotundas e separadores centrais do Município, bem como no Parque da Ciência, além de dar início à reflorestação do Parque de São Brás, em conformidade com o previsto no *MasterPlan*;

- Tratamentos preventivos sobre algumas pragas frequentes na cidade, por via de endoterapia, assegurando assim o bom estado fitossanitário da vegetação;

- Colaboração com a Direção Geral de Alimentação e Veterinária (DGAV), na Prospeção em Jardins Públicos da bactéria *Xyllela fastidiosa*, dando cumprimento aos trabalhos a ela associados.

Com dois projetos piloto implementados no âmbito da gestão eficiente da rega de espaços verdes, vulgarmente designada de rega inteligente, em face dos resultados obtidos, o processo será expandido de modo a abranger zonas de elevada visibilidade e usufruto, na prossecução da otimização do processo e definição das melhores soluções de gestão dos sistemas instalados noutros pontos do território.

O conjunto de atividades a realizar em 2025 procurará dar continuidade aos trabalhos com vista ao desenvolvimento de estratégias e ações que garantam a proteção do ambiente e fomentem o bem-estar e a qualidade de vida dos/as cidadãos/ãs do concelho.

As alterações climáticas constituem atualmente o maior desafio socioeconómico e ambiental com o qual a sociedade se confronta, sendo esta uma das principais prioridades das agendas políticas mundiais.

A nível global, as cidades são responsáveis por um consumo energético muito significativo – e consequentes emissões de gases com efeito de estufa (GEE). Assim, naturalmente, recaem também sobre elas responsabilidades acrescidas na transição energética. A necessidade de mitigar as emissões de GEE, nomeadamente as decorrentes da utilização de energia, assim como adaptar o território para os efeitos das alterações climáticas tem vindo a ser plasmada em diversos compromissos internacionais e nacionais com efeito à

escala local, como, de forma exemplar, o Pacto de Autarcas para o Clima e Energia, subscrito pelo Município de Matosinhos.

A fim de materializar este compromisso político, a Câmara Municipal de Matosinhos tem vindo a elaborar Planos de Ação para nortear a estratégia municipal em matéria de mitigação e adaptação às alterações climáticas no horizonte 2030.

Consciente do percurso positivo que o Município de Matosinhos tem atingido em matéria de energia e clima – entre 2009 (ano base da Matriz de Energia do concelho) e 2022, ano de referência pré-pandémico selecionado pelo Município, foram reduzidas em 66% as emissões de carbono no território - a Câmara Municipal de Matosinhos traçou como objetivo reduzir em 85% as emissões de carbono até 2030, antecipando a meta de descarbonização prevista a nível nacional para 2045.

Esta ambição supera as metas estabelecidas pela Lei de Bases do Clima (Lei n.º 98/2021, de 31 de dezembro) que requer que as autoridades locais promovam e acelerem a ação climática ao desenvolverem Planos Municipais de Ação Climática, consolidando instrumentos de política local nestas matérias e definindo estratégias locais rumo à descarbonização.

O Plano Municipal de Ação Climática do Município de Matosinhos pretende constituir-se como um instrumento de política local em matéria de mitigação, adaptação, erradicação da pobreza energética e promoção da qualidade de vida e bem-estar dos matosinhenses dando resposta simultaneamente aos requisitos da Lei de Bases do Clima e antecipando as suas metas, guiando o caminho de Matosinhos rumo à neutralidade carbónica em 2030.

Como parte desta meta para 2030, o Município pretende que 15% da redução das emissões seja atingida através de captura de carbono. Para compreender o potencial dessas soluções, foi realizado um estudo abrangente que avaliou a capacidade de captura atual e contempla medidas que ampliam esta capacidade. Assim, as árvores e áreas verdes foram identificadas como recursos chave para aumentar a capacidade de captura de carbono, complementando as outras estratégias de mitigação em curso.

Durante 2025 será dinamizada a exposição “Verde Perto” que pretende divulgar a meta estabelecida do Município de Matosinhos se tornar neutro em carbono em 2030 e o

trabalho em prol desse objetivo e apelar ao contributo de todos para que este desígnio venha a ser concretizável.

O sucesso do Laboratório em 2024 reforçou a importância de dar continuidade ao projeto em 2025, com a ambição de alargar ainda mais o seu impacto. A ideia é, não apenas, manter os projetos-piloto que já demonstraram ser eficazes mas, também, expandir o alcance do laboratório a novas áreas e públicos, potencializando ainda mais a capacidade de transformação local. A continuidade do projeto permitirá aprofundar as soluções experimentadas, testar novas ideias e, crucialmente, envolver um número cada vez maior de cidadãos, especialmente jovens, que serão os maiores agentes de mudança nos próximos anos. Esta perspetiva de longo prazo é vista como vital para garantir que Matosinhos se posicione na linha da frente da inovação climática em Portugal, antecipando metas globais e mostrando como a ação comunitária pode ser uma força motriz na construção de cidades mais resilientes, sustentáveis e inclusivas.

A poluição do ar nas áreas urbanas é uma das principais causas de doenças provocadas por fatores ambientais. A implementação de políticas e legislação destinada a controlar as emissões de poluentes atmosféricos visa promover a melhoria da qualidade do ar. O Município do Matosinhos dispõe no seu território 5 estações de medição de Monitorização da qualidade do ar (EMQAr), geridas pela CCDR-Norte, colaborando com esta entidade na implementação de planos e programas de melhoria da qualidade do ar da Região Norte.

Complementarmente, com o intuito de alargar o leque de registos e dados, o Município adjudicou no final do ano de 2022, uma prestação de serviços de Monitorização de Qualidade do Ar e Ruído, que concretizou a instalação de 3 estações, com o objetivo de monitorizar parâmetros que as restantes estações existentes não medem, nomeadamente o material particulado (PM 2,5) valor que o Município irá necessitar apresentar no âmbito do Acordo Cidade Verde, de que é signatário. No ano de 2025 está previsto continuar esta monitorização devendo ser realizado uma nova prestação de serviços.

Ao longo dos 12 Km de faixa costeira, o Município de Matosinhos tem sofrido grandes melhorias, permitindo o usufruto diferenciado das pessoas que procuram as praias do Município. As praias no concelho de Matosinhos desempenham importantes papéis na preservação dos ecossistemas costeiros, promoção da economia local, turismo e lazer.

Várias têm sido as ações desenvolvidas para que seja possível dar continuidade à melhoria contínua da qualidade das águas balneares, cujo objetivo tem se mostrado bastante desafiante, e assim, em 2025 dar-se-á continuidade ao desenvolvimento de trabalhos para a implementação dos programas da Bandeira Azul e Praia Acessível, Praia para Todos, cujos intentos principais são objetivamente distinguir o esforço de diversas entidades em tornar possível a coexistência do desenvolvimento local a par do respeito pelo ambiente, elevando o grau de consciencialização da população para a necessidade de proteger o ambiente marinho, costeiro e lacustre, e dotar as zonas balneares de um conjunto de condições que permitam o seu uso universal, sem que se ponha em causa a idade e as dificuldades de locomoção ou mobilidade.

Reconhecendo a importância dos recursos hídricos como fator de desenvolvimento sustentável das cidades, contribuindo para a qualidade de vida urbana e para a valorização do património natural e paisagístico, o Município de Matosinhos, promove a sua gestão sustentável e integrada pretendendo estabelecer um compromisso entre o carácter fortemente urbano e os recursos hídricos da cidade.

No ano 2025, dando continuidade ao trabalho efetuado, o Município de Matosinhos promoverá a monitorização do estado das massas de água, quer ao nível de inspeções visuais dos troços a céu aberto e entubados, quer ao nível de quantificação de agentes poluidores com recurso à contratação de serviços especializados e à instalação de rede de sensorização físico-química em pontos previamente identificados nas linhas de água do Município. Estas ações concorrerão para uma evolução positiva na melhoria da qualidade da água nos rios e ribeiras, com natural benefício das massas de água balneares. Este trabalho teve e terá especial relevo e evidencia nas ribeiras de Carcavelos e Riguinha onde para além das ações já implementadas e anteriormente descritas, foi estabelecido um contrato de prestação de serviços com o ICS – Instituto da Construção Sustentável/Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto, tendo em vista a elaboração do estudo preliminar de melhoria da qualidade da água e minimização dos impactes da descarga das ribeiras da Riguinha e Carcavelos, na sua foz, o qual diligenciará no sentido da definição de ações e intervenções ao longo dos respetivos traçados, como por exemplo, reposição a céu aberto de alguns troços e consequente renaturalização e implantação de algumas bacias de biorretenção e sistemas de tratamento natural.

Tendo por base que os grandes desafios da gestão da água a nível mundial conduzem à necessidade de as cidades implementarem medidas de adaptação para enfrentarem os impactos das alterações climáticas com o mínimo de consequências para os seus habitantes, encontra-se em fase de conclusão a elaboração da Matriz da Água, segundo protocolo de prestação com o ICS – Instituto da Construção Sustentável/Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto, para o concelho de Matosinhos. Este documento permitirá ao Município de Matosinhos a implementação de medidas de adaptação, com base em dados concretos que caracterizam devidamente o território e toda a gestão urbana da água, constituindo uma ferramenta de apoio à decisão para o desenvolvimento de planos de adaptação para que o ciclo da água se adapte às condições climáticas futuras.

No domínio da Economia Azul propõe-se a continuidade do projeto BluAct Matosinhos projeto de incentivo ao empreendedorismo e inovação. Este projeto tem vindo a ser implementado ao longo dos últimos anos com o objetivo de apoiar ideias de negócio inovadoras, fomentando a economia do concelho e promovendo a criação de emprego qualificado.

Em 2025, após aprovação da revisão do MER (Mapa Estratégico de Ruído) de Matosinhos e do Plano de Ação de Redução de Ruído (PARR) em 2024, será dada continuidade ao processo de monitorização anual do PARR, onde foram identificadas 21 zonas de atuação. Este Plano de Ação de Redução de Ruído engloba várias medidas mitigadoras, aplicadas nas fontes de ruído de gestão municipal, para atenuação das zonas em sobre exposição identificadas no MER.

Em 2025 pretende-se dar continuidade ao desenvolvimento da Estratégia da Biodiversidade, Ecossistemas & Capital Natural do Município de Matosinhos, que compreende uma Análise Estratégica, com a definição de uma matriz de indicadores e construção de objetivos, alinhados com o Acordo Cidade Verde e com a Estratégia Europeia para a Biodiversidade, e o desenvolvimento do Plano de Ação de Monitorização, com a avaliação exploratória do valor natural, ecológico e económico da biodiversidade do concelho.

Em 2025, manter-se-á o mesmo objetivo do ano transato de procurar, reunir e apoiar pioneiros de natureza urbana, privados ou empresas, estabelecidas e aspirantes, para desenvolver os seus projetos. De acordo com esta estratégia continuaremos a monitorização das medidas, nomeadamente o desenvolvimento de um Plano de Polinizadores e um Plano de combate a invasoras.

O Pacto de Berlim pela Natureza Urbana visa travar e inverter a perda de biodiversidade, com o objetivo de colocar a natureza numa via de recuperação para beneficiar a população urbana de todo o mundo até 2030. Baseia-se na Declaração de Edimburgo de 2020 e no Compromisso de Montreal de 2022, e centra-se na implementação do Quadro Mundial para a Biodiversidade de Kunming-Montreal (GBF) e no Plano de Ação renovado dos Governos Subnacionais, Cidades e Outras Autoridades Locais para a Biodiversidade (2023-2030). As ações previstas pelo Pacto dão continuidade à Declaração de Edimburgo e ao Compromisso de Montreal. Matosinhos aprovou já a sua estratégia de biodiversidade, ecossistemas & capital natural. Respeitando as numerosas redes e alianças locais, regionais e globais, bem como os compromissos de cada um dos associados, pretende-se formar uma rede para a implementação, para igualmente partilhar boas práticas e experiências, assim como discutir desafios e soluções para os ultrapassar, e finalmente aprender uns com os outros num diálogo multidirecional entre cidades. A assinatura do pacto, efetuada no final de 2024, implica o compromisso com 15 objetivos, escolhidos para desenvolvimento no Município, nas seguintes áreas: educação e experiência na natureza; espécies e *habitats*; co-habitação; infraestruturas verdes e ecossistemas; infraestruturas azuis e gestão da água; saúde do solo; alimentação e agricultura.

Em 2025 serão efetuados os trabalhos de mapeamento e caracterização dos 15 objetivos e, em 2030, Matosinhos será um *hub* de biodiversidade, uma cidade que valoriza o capital natural, reconhecendo o papel vital que este desempenha na saúde e bem-estar humanos, na resiliência climática e no desenvolvimento sustentável.

Será dada continuidade à execução dos trabalhos de cooperação, desenvolvimento e partilha com os restantes Municípios da Associação do Corredor do Leça quanto aos esforços conjuntos na sensibilização da população, na atuação sobre o rio Leça, na adoção de práticas de melhoria desta linha de água e aproveitamento da natureza.



CORREDOR DO
RIO LEÇA
SANTO TIRESO | VALONGO | MATA | MATOSINHOS

No âmbito do projeto “Centro de Recuperação do Vale do Leça” vão ser dinamizadas diversas ações, nomeadamente as desenvolvidas nos viveiros, e a 3.ª edição da iniciativa “Árvores Pequenas Procuram Proprietários de Coração Grande”. Continuaremos a realizar diversas plantações de autóctones e será dada continuidade ao ciclo de formações públicas para a importância das espécies autóctones.

A dinamização de atividades terá lugar a partir das 3 Infraestruturas de educação ambiental do Município de Matosinhos:

- Parque Ecológico do M. S. Brás - espaço multidisciplinar que se concentra no desenvolvimento de ações ambientais e ecologicamente sustentáveis, de forma a promover um futuro mais equilibrado e saudável para o planeta. Um dos objetivos do parque é sensibilizar as escolas e famílias para as questões ambientais através de várias oficinas e *workshops*, incentivando dessa forma a participação ativa dos visitantes em atividades lúdico-pedagógicas;
- Parque de Dunas da Praia da Memória - espaço que promove diversas ações de sensibilização, dentro do qual o Programa Bandeira Azul, visitas interpretativas para observação de fauna e flora, dinamização de oficinas relacionadas com os ecossistemas dunares e marinhos, entre outras. O parque encontra-se aberto na época balnear e sob marcação prévia no resto do ano;
- Centro de Monitorização e Interpretação Ambiental (CMIA) de Matosinhos - espaço que funciona no âmbito de um protocolo entre a Câmara Municipal de Matosinhos e o Centro Interdisciplinar de Investigação Marinha e Ambiental da Universidade do Porto (CIIMAR) com o objetivo de implementar um centro de divulgação científica e educação ambiental na área do mar. O plano de atividades do CMIA de Matosinhos encontra-se adaptado para um público abrangente, público escolar, famílias e público em geral.

O plano de Educação para a Sustentabilidade, da Câmara Municipal de Matosinhos, para o ano letivo de 2024/2025, está dirigido a toda a comunidade escolar do concelho, famílias e público em geral, através de vários projetos que permitam potenciar o processo de sensibilização e promoção de valores, mudança de atitudes e de comportamentos face ao ambiente, uma perspetiva de desenvolvimento sustentável.

As atividades de Educação Ambiental propostas e dinamizadas pelo Município de Matosinhos, para o ano de 2025, englobam um programa de iniciativas enquadradas nos diversos temas ambientais.

Em 2025 irá ser atribuído o “Prémio de Sustentabilidade CMM” destinado aos estudantes do concelho de Matosinhos. O prémio terá o seguinte enquadramento:

- Os projetos a concurso deverão ser elaborados por turma e não individualmente;
- Cada turma apenas poderá apresentar um projeto, correspondente a uma única candidatura;
- Será entregue um prémio por ciclo de estudos num total de 4 prémios anuais (1.º ciclo: 1.º ao 4.º ano; 2.º ciclo: 5.º e 6.º anos; 3.º ciclo: 7.º ao 9.º ano; e ensino secundário completo (e escolas profissionais): 10.º ao 12.º ano);
- Os prémios em questão, resultarão da atribuição de um valor monetário de 500 € a cada uma das Escolas das turmas vencedoras nos 4 ciclos de ensino considerados, perfazendo um valor monetário total de prémios de 2.000 € (este montante apenas poderá ser utilizado para aquisição de material didático e/ou em formação/workshops, mediante apresentação de comprovativo).

O prazo de candidaturas decorre até 30 de abril de 2025 e a entrega dos prémios será no Dia do Ambiente, dia 5 de junho 2025. Para a edição do ano 2025, os projetos a concurso deverão enquadrar-se no subtema “Clima”.

O Acordo Cidade Verde, de que Matosinhos é signatário desde 2022, é um movimento de cidades europeias dedicadas a proteger o ambiente. Ao assinar o Acordo Cidade Verde, os líderes da cidade concordam em tomar ações para tornar as cidades espaços mais verdes, limpos e saudáveis. O relatório de acompanhamento do programa foi entregue no final de 2023 e terá de ser renovado no ano de 2026 pelo que o próximo ano de 2025 será fulcral para implementação de medidas, nomeadamente as elencadas nos itens da Orla Costeira e Biodiversidade neste relatório.



No âmbito das comunicações sobre desempenho de Matosinhos é realizada uma comunicação ao Carbon Discloser Project (CDP). O CDP é uma instituição sem fins lucrativos que administra o sistema de divulgação global para investidores, empresas, cidades, estados e regiões para gerir os impactos ambientais. Dando continuidade ao trabalho o Município reportará também a sua atividade em 2025.



O Pacto de Autarcas para o Clima e a Energia da UE é uma iniciativa apoiada pela Comissão Europeia. Os signatários deste pacto comprometem-se voluntariamente a cumprir os objetivos da UE em matéria de clima e energia. O Pacto de Autarcas foi lançado em 2008 na Europa e Matosinhos aderiu a este Pacto a 20 de maio de 2010. Em 2025 a Câmara Municipal de Matosinhos continuará a acompanhar as iniciativas inseridas no Pacto bem como a apresentar os relatórios de desempenho solicitados.



Programa Bandeira Verde ECOXXI - é um programa de educação para a sustentabilidade que pretende avaliar a prestação dos Municípios, reconhecendo como eco Municípios os que demonstram a implementação de boas práticas, políticas e ações sobre temas considerados chave: Educação Ambiental para o Desenvolvimento Sustentável; Conservação da Natureza; Ar; Água; Energia; Resíduos; Mobilidade; Ruído; Agricultura; Turismo e Ordenamento do Território; Sociedade Civil e Instituições. É composto por 21 indicadores de sustentabilidade local. É implementado em Portugal pela ABAE. Neste seguimento, em 2025, o Município pretende continuar a participar, neste Programa, o que lhe permite aferir a qualidade do seu desempenho e indicar caminhos e metas no sentido da sustentabilidade, bem como um reconhecimento público do compromisso e bom trabalho que tem desenvolvido para atingir a Sustentabilidade no concelho de Matosinhos, inspirado nos princípios da Agenda 21 Local e alinhado com as metas estabelecidas na Agenda 2030.



Em 2025 Matosinhos continuará a acompanhar várias iniciativas das quais tem feito parte ao longo dos últimos anos nomeadamente nas seguintes redes:

ICLEI - *Local Governments for Sustainability* (Governos Locais pela Sustentabilidade) - é uma rede global de mais de 2500 governos locais e regionais empenhados no desenvolvimento urbano sustentável. O Município pertence a esta rede e faz parte do seu RexCom, estrutura europeia da rede, de divulgação das atividades e incentivo para outros parceiros. Através desta rede são procurados projetos e parceiros para atividades municipais.



Cities With Nature – esta plataforma de ação é o local para as cidades mostrarem que ações estão a realizar para ajudar a alcançar objetivos globais da natureza, sendo reconhecido pela Nações Unidas, no seu Plano de Ação para as cidades e está alinhado com as Metas de Ação 2030 na Biodiversidade global pós-2020. Permite ainda definir metas relevantes, para um território, alinhadas às metas globais, acompanhar os compromissos e gerir relatórios do progresso do Município. Em 2025, Matosinhos procurará dinamizar a Plataforma com informação sobre as iniciativas levadas a cabo.



ASWP - Associação *Smart Waste* Portugal - é uma pessoa coletiva sem fins lucrativos, constituída por tempo indeterminado e que se rege pelas normas de direito aplicáveis, pelos presentes Estatutos e pelo seu Regulamento Interno e tem por objetivo criar uma plataforma de âmbito nacional, que potencie o resíduo como um recurso, atuando em toda a cadeia de valor do setor, promovendo a Investigação, o Desenvolvimento e Inovação, potenciando e incentivando a cooperação entre as diversas entidades, públicas e privadas, nacionais e não nacionais. Matosinhos é um dos associados institucionais da *Smart Waste* Portugal. As vantagens para um associado são várias, das quais se destacam a divulgação e partilha de boas práticas, o estabelecimento de diálogo e sinergias, participação em projetos colaborativos, oportunidades de formação, entre outras. A ASWP constitui um importante parceiro para a implementação das iniciativas sobre Economia Circular que estão em curso no Município.



OECD - *Organisation for Economic Co-operation and Development* (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico) - é um fórum e centro de conhecimento para dados, análises e melhores práticas em políticas públicas. Trabalham com mais de 100 países em todo o mundo para construir sociedades mais fortes, mais justas e mais limpas, ajudando a moldar melhores políticas para vidas melhores. Na área da Economia Circular o Município de Matosinhos tem estado a trabalhar as questões de Governança em Economia Circular nas Cidades com base nas 12 dimensões do Painel de Avaliação da OECD, nomeadamente Dimensão 1 - Funções e Responsabilidades, Dimensão 2 - Visão estratégica, Dimensão 3 - Consciencialização e transparência, Dimensão 4 - Coordenação, Dimensão 5 - Coerência política, Dimensão 6 - Envolvimento das Partes Interessadas, Dimensão 7 - Escala apropriada, Dimensão 8 - Regulamentação, Dimensão 9 - Financiamento, Dimensão 10 - Capacitação, Dimensão 11 - Inovação e Dimensão 12 - Dados e avaliação. Em 2025, prevê-se dar seguimento a esta colaboração, fundamental no processo de melhoria contínua.



CCRI - *Circular Cities and Regions Initiative* (Iniciativa Cidades e Regiões Circulares) - é uma iniciativa da Comissão Europeia, no âmbito do Plano de Ação para a Economia Circular da UE 2020 e visa contribuir para os objetivos políticos do Pacto Ecológico da UE. Combinando a partilha de conhecimentos, o apoio técnico e financeiro, esta iniciativa ajuda as partes interessadas nas cidades e regiões da Europa, incluindo as autoridades regionais e locais, os representantes da indústria, as organizações de investigação e tecnologia e a sociedade civil e fornece um apoio abrangente ao longo de todo o ciclo de vida das iniciativas locais e regionais de economia circular. Em concreto, estabeleceu uma metodologia para a implementação de uma economia circular à escala local e regional fornecendo, aos decisores políticos e decisores, orientações operacionais para acelerar o desenvolvimento e a implementação de Soluções Sistémicas Circulares nas cidades ou regiões numa metodologia modular, sistemática e acionável. O Município de Matosinhos através da execução do projeto INTERREG_POCTEP em Economia Circular tem prevista a sua implementação ao longo de 2025.



EuroCities - é uma rede europeia de cidades que trabalham em conjunto para garantir uma boa qualidade de vida para todos. Matosinhos integra o fórum de



ambiente da rede e em 2025 continuará a divulgação das suas boas práticas no âmbito desta rede e adquirirá experiência com a troca de experiências com as outras cidades, procurando desenvolver projetos e candidaturas comuns.

Adapt.Local - Rede de Municípios para a Adaptação Local às Alterações Climáticas - foi criada em 2016 com a finalidade de dinamizar a adaptação local às alterações climáticas em



rede de municípios
para a adaptação local
às alterações climáticas

Portugal. Em 2025 Matosinhos terá finalizada a adesão a esta rede e acompanhará as suas iniciativas.

Rede de cidades para o clima - Matosinhos aderiu em 2024 a esta rede, financiada pelo fundo ambiental, que procura integrar as cidades portuguesas desta rede no



Cidades
PELO
Clima

nível de desempenho do grupo das 100 cidades europeias que assumiram o compromisso de serem neutras em 2030.

RICD (Rede Intermunicipal de Cooperação para o Desenvolvimento) – que Matosinhos integra esta rede desde 2016 foi criada a 15 de março de 2013, constituída por 22 Municípios portugueses que trabalham os Objetivos de Desenvolvimento sustentável e realizam também ações de Cooperação para o Desenvolvimento com entidades congéneres nos Países de Língua Oficial Portuguesa. No âmbito desta rede será dada continuidade ao trabalho em rede dos diversos parceiros.



Eixo Atlântico - no âmbito do Grupo de Trabalho de Sustentabilidade Urbana será dada continuidade ao trabalho sobre o Plano de Descarbonização para os Municípios do Eixo Atlântico.

CityNet - é uma associação de áreas urbanas comprometidas com o desenvolvimento sustentável na região Ásia-Pacífico.



Estabelecida em 1987 a Rede de cidades cresceu para incluir mais de 154 Municípios, ONG, empresas privadas e centros de investigação. No final de 2024 concretizou-se a adesão de Matosinhos a esta rede estando previsto para 2025

diversas ligações com os diferentes parceiros, promovendo a troca de conhecimentos com vista a fomentar a criação de projetos com o objetivo de criar cidades mais sustentáveis e com melhorar o seu desempenho ambiental.

ATELIER - será dada continuidade a este projeto europeu, financiado pelo programa Horizonte 2020, com o objetivo do desenvolvimento de áreas urbanas de energia positiva (PED *Positive Energy Districts*). O Município de Matosinhos é uma das 8 cidades europeias deste projeto que está na fase final de execução.



NetZeroCities - “*Twinning Learning Programme*”- Programa de Investigação e Inovação Horizonte 2020, foi concebido para ajudar as cidades a ultrapassar as atuais barreiras estruturais, institucionais e culturais que enfrentam para alcançar a neutralidade climática até 2030. No âmbito deste programa Matosinhos deu início, no final do ano de 2023, ao “*Twinning Learning Programme*” com a cidade de Dijon (França) e Gabrovo (Bulgária) e terminará os trabalhos em maio de 2025. A construção de relações, bem como a experiência de aprendizagem mútua, estão no centro do intercâmbio.



INTERREG-POCTEP Circular *Ecosystems* - em 2025 continuaremos a implementar a candidatura Ecossistemas Circulares financiada no âmbito do programa Interreg VA España-Portugal (POCTEP), onde a



Fundação de Património Natural de Castela e Leão é líder do projeto que inclui 6 entidades, e que permitirá desenvolver uma estratégia orientada para a economia circular do Município. Através deste financiamento será, igualmente, desenvolvida a cadeia de valor dos materiais de construção, quantificar o fluxo de materiais e a circularidade da cadeia de valor, coordenar a metodologia comum de trabalho e o desenho de Soluções Sistémicas de acordo com a metodologia CCRI, com a criação de um banco de materiais e com a monitorização dos seus fluxos. Também se prevê a realização de uma reunião em Matosinhos com todos os parceiros do projeto e a organização de um Hackathon de ideias cidadãs dirigida à Sociedade Civil para cocriação, reflexão e ideação de soluções para a economia circular. Continuará a ser executado o Plano de Comunicação do projeto bem

como continuar a envolver as diversas partes interessadas internas e externas. A criação de um Pacto Local para a Economia Circular e da Carta Municipal para a Economia Circular e a monitorização do Plano de ação para a Economia Circular de Matosinhos também estão previstas acontecer em 2025.

Matosinhos Energy Hub - financiado pelo Horizonte2020, tem como objetivo apoiar os cidadãos a melhorar o conforto térmico nas suas casas e mitigar a pobreza energética no território de Matosinhos. No âmbito deste projeto continuará a ser disponibilizado um balcão único digital e físico, para apoiar os cidadãos e entidades gestoras de habitação do Município.



Matosinhos Energy
Hub
by Porto Energy Hub

Projeto Every1 - a digitalização dos sistemas energéticos significa o aumento da utilização das tecnologias da informação e da comunicação no sistema energético:



EVERY1

contadores inteligentes, veículos elétricos, aplicações e tecnologias inteligentes. Trata-se de um elemento importante na transição para um sistema energético mais sustentável. O projeto Every1 visa apoiar todos nos seus papéis na digitalização do sistema energético.

Projeto PAOITI – Comunidades Sustentáveis – no ano de 2025, e no âmbito deste projeto, serão instaladas cerca de 20 unidades portáteis de hortas em 7 Instituições Sociais de Matosinhos. Neste mesmo projeto, existe ainda a implementação da ação Bairros Positivos em que serão instalados instrumentos de monitorização nas Habitações sociais e realizadas ações de formação para os habitantes dos fogos habitacionais.

Eficiência Energética e Utilização de Energias Renováveis

A eficiência energética é uma preocupação geral e crescente nos nossos dias. A iluminação pública (IP) é um serviço essencial para o bem-estar das populações. Em Portugal, é responsável por 3% do consumo energético. A tendência desta parcela é para aumentar (cerca de 4 a 5% por ano), o que representa custos muito elevados para os Municípios. Torna-se, por isso, necessário e fundamental definir um conjunto de medidas direcionadas para o aumento da eficiência energética no parque de IP, sem que isso afete a qualidade de vida nos espaços públicos.

Ao nível da Eficiência Energética, cabe reiterar os dois projetos investimento submetidos no quadro do Portugal 2030 – AMP, orientados para o incremento da eficiência energética e climática e para a promoção do “Autoconsumo e criação de comunidades de energia